

Apresentação: Religião e Sociedade

Marcelo Lachat¹

Marcos Vinicius de Freitas Reis²

Andando pelas ruas dos centros urbanos dos municípios brasileiros, notam-se templos evangélicos, igrejas católicas, associações islâmicas, centros esotéricos, instituições espíritas e organizações das religiões africanas repletas de pessoas que buscam respostas para suas necessidades cotidianas.

Além disso, os veículos de comunicação tornaram-se alvos prediletos das lideranças religiosas. Não são raras as vezes em que, vendo um canal de televisão, lendo um jornal, navegando na internet ou sintonizando uma emissora de rádio, encontra-se uma exaustiva e extensa programação religiosa, com o objetivo de angariar mais fiéis. Com promessas de curas, milagres, libertações e, sobretudo, ascensão financeira e social, as programações religiosas, principalmente as pentecostais, ocupam horários até então impensáveis nos mais diversos meios de comunicação.

No campo caritativo, existem inúmeras iniciativas filantrópicas que, em nome de um *ethos* religioso, realizam obras sociais. Podem-se citar, como exemplos, o trabalho com dependentes químicos e/ou a recuperação de alcoólatras, a ajuda financeira a mendigos, famílias carentes e instituições sociais, bem como os trabalhos voluntários desenvolvidos em hospitais, presídios, creches e escolas, entre outros.

O mercado editorial tem-se surpreendido com o número elevado de vendas de livros, os quais fornecem conselhos e conforto espiritual para os problemas da humanidade, a exemplo de produções no campo da autoajuda, ou até mesmo de publicações católicas (livros do Padre Jonas) e evangélicas (livros do bispo Edir Macedo). No campo fonográfico, grupos *gospel* e padres cantores fazem shows pelo mundo inteiro, arrebanhando milhares de fãs. Entre eles, estão: Padre Marcelo Rossi, Padre Fábio de

¹ Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). É professor adjunto de Literaturas em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (Nerep-UFSCar/CNPq). Pesquisador do Observatório de Direitos Humanos na Amazônia (Obadh-Unifap/CNPq) e líder do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (Cepres-Unifap/CNPq). E-mail para contato: marcosvinicius5@yahoo.com.br

Mello, Diante do Trono, Oficina G3 e Toque no Altar.

Percebe-se, também, a entrada de diversas denominações religiosas no processo eleitoral brasileiro. O intuito dessas instituições religiosas em eleger seus representantes, seja para cargos executivos ou para cargos legislativos, é propor projetos de lei de acordo com seus dogmas e valores, favorecendo suas práticas religiosas, e usar a estrutura estatal para expansão de suas atividades e, conseqüentemente, obtenção de novos adeptos, entre outras razões.

Assim, o surgimento de novos atores religiosos no Brasil mostra que o país não é uma nação totalmente católica e que comporta uma pluralidade de identidades religiosas (apesar de ainda a maioria ser de vertentes cristãs). Percebemos, nas últimas décadas, quão notória é a queda do número de adeptos do catolicismo, o que exerce forte influência em todos os setores da sociedade brasileira. Pois, se antes o catolicismo ditava as regras nas relações políticas, econômicas e de outros segmentos em função do seu monopólio no campo religioso, hoje ele precisa conviver e disputar espaços de influência e de decisão com outras vertentes religiosas, a exemplo dos grupos pentecostais e neopentecostais.

De acordo com Mariano (2013), o campo religioso vem passando por um processo de transformação nas últimas décadas. O país tem convivido com um pluralismo religioso cada vez mais intenso, devido, especialmente, ao crescimento de outras vertentes cristãs. Porém, é preciso destacar também a presença cada vez mais forte dos "sem religião". Como consequência, nota-se o aumento de novos movimentos religiosos e da liberdade religiosa e de culto. Anteriormente, não se observava no Brasil o direito do cidadão ter ou não uma religião, ou de escolher como viver suas experiências com o sagrado.

Tendo em vista a relevância de se debater a religião (e como ela atua na sociedade brasileira), a revista *Fronteiras & Debates* organizou este dossiê, que reúne significativas contribuições para o debate acerca do referido tema. Assim, o pesquisador Rapahel Silva Faculdades, com o artigo intitulado "A função persuasiva do sagrado: religião e retórica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (século XIX)", traz uma importante discussão sobre como o fator religião contribuiu para a construção da identidade nacional do Brasil, no século XIX. Já Thiago Roza Montilha, em seu texto "A Igreja Católica em crônicas de Lima Barreto (1915-1919)", discute a representação do cato-

licismo nas obras de Lima Barreto. Em seguida, o trabalho de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, “Convertendo categorias: de identidades de gênero a identidades religiosas, de transgeneridades a trans-religiosidades”, discute as identidades de gênero e as identidades religiosas. E, por fim, há a entrevista feita pelos organizadores deste número, Marcos Vinicius de Freitas Reis e Marcelo Lachat, com Fábio Rodrigues Melo, que aborda as relações entre psicologia e religião.

Já a sessão de artigos livres inicia-se com o texto de Argelina da Costa Barros e Samuel Cavaleira Maupeou, “As contradições do desenvolvimento urbano: entre o discurso inclusivo e a prática excludente”, que trata do crescimento urbano da cidade de Fortaleza na década de 1970, analisando como os principais objetivos do projeto do urbanista Hélio Modesto (1963) e do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF-1971) influenciaram na “expulsão disfarçada” dos moradores do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon. Já o artigo de Eder Adriano Pereira, “Conflitos e relações de poderes entre a justiça e os gêneros sexuais no âmbito legislativo penal brasileiro – 1940-1990”, versa sobre os crimes de sedução de menores ocorridos entre os anos de 1940 (com o advento do Código Penal) e 1990 (com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA).

Além dos mencionados artigos, há ainda duas resenhas: a primeira, de Rodrigo Farias de Sousa, sobre o livro de Jan-Werner Müller, intitulado *What is populism?*, e a segunda, escrita por Ana Luiza Bravo e Paiva, discute o livro *Fronteiras comparadas: relações internacionais e segurança regional no Brasil e na união europeia*.

Boa leitura!

Referência

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul.-dez. 2013.